



**Intervenção da Ministra de Estado e das Finanças no
Fórum para a Competitividade**

**«O Orçamento do Estado para 2015 – um OE amigo do Investimento,
Crescimento e Emprego?»**

5 de novembro de 2014

Senhor Presidente do Fórum para a Competitividade,

Senhoras e Senhores Convidados,

Boa tarde a todos,

Gostaria de começar por agradecer o convite para encerrar este Seminário e por saudar o Fórum da Competitividade pelo tema escolhido. O Orçamento do Estado é de facto um elemento fundamental, porventura demasiado, para enquadrar as decisões dos agentes económicos e tem reflexos no investimento, crescimento e emprego. Esta iniciativa é, assim, mais do que um importante contributo para o debate público sobre a proposta de Orçamento apresentada pelo Governo: é um contributo para o debate público sobre a estratégia de crescimento do País e sobre o desafio permanente de promover a competitividade.

A proposta de Orçamento do Estado para 2015 é uma proposta de responsabilidade, mas também de recuperação.

É uma proposta que mantém o rigor dos últimos três orçamentos, na qual o Governo reitera o compromisso firme de garantir, em 2015, a saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo. Mas, graças ao esforço dos últimos três anos, é também uma proposta enquadrada em condições mais favoráveis, marcadas pela aceleração do crescimento económico, pela redução do desemprego e pela recuperação do poder de compra.

A continuação da disciplina orçamental neste novo contexto é a verdadeira prova do sentido de responsabilidade do Governo e do seu empenho reformista. Demonstra que os primeiros sinais de recuperação não devem ser entendidos como um ponto de chegada, mas como um sinal de que o rumo traçado é o rumo correto e assim como



incentivo para o prosseguir. Este orçamento não se destina apenas ao ano de 2015, antes assegura a consolidação de um caminho de crescimento sustentado, assente em finanças públicas progressivamente mais equilibradas e reformas estruturais aprofundadas e renovadas. É o primeiro orçamento pós-programa. E o Governo pretende assegurar que é o último orçamento pós-crise. É, acima de tudo, um orçamento para um melhor futuro.

Tendo presente a relevância do Orçamento para 2015, o Governo iniciou a preparação da sua proposta ainda em abril, no quadro do Documento de Estratégia Orçamental para 2014-2018.

A preparação envolveu em primeiro lugar a definição da trajetória orçamental de médio-prazo, à luz dos mesmos objetivos que guiaram os últimos três anos: avançar para o equilíbrio orçamental, gerar excedentes primários e garantir a sua manutenção, para assegurar a redução efetiva da dívida pública. No que respeita a 2015, não só foi determinado o montante de medidas necessário para reduzir o défice orçamental para 2,5% do PIB, como foram identificadas as medidas específicas para o concretizar.

Desde então, as perspetivas orçamentais para 2014 e 2015 alteraram-se significativamente. A descida mais acentuada do desemprego, a recuperação da procura interna assente numa confiança crescente e a eficácia das medidas de combate à fraude e evasão fiscais tiveram um impacto muito positivo nas contas públicas. Mas parte importante destes efeitos foi anulada na sequência das decisões anunciadas a 30 de maio e 14 de agosto pelo Tribunal Constitucional, cujas repercussões se estendem ao corrente ano e ao próximo.

No que respeita a 2014, a impossibilidade de manter a redução remuneratória de 2,5% a 12% causou uma pressão significativa sobre as despesas com pessoal, obrigando à revisão dos tetos de despesa e, conseqüentemente, à apresentação de um Orçamento Retificativo. Também as decisões sobre a condição de recursos aplicada às pensões de sobrevivência e sobre a contribuição sobre os subsídios de doença e desemprego vieram agravar a situação das contas públicas. A reintrodução da redução remuneratória de 3,5% a 10% a partir de meados de setembro apenas permitiu mitigar parte destes impactos.

No que respeita a 2015, o impacto global das decisões do Tribunal Constitucional ascendeu a quase 1400 milhões de euros – quando comparados o exercício de 2015



previsto no Documento de Estratégia Orçamental e o exercício de 2015 possível na proposta de orçamento.

Em cinco meses, as circunstâncias mudaram significativamente. E as medidas inicialmente acordadas para atingir um défice de 2,5% do PIB em 2015 deixaram de ser suficientes.

Mantendo o sentido de responsabilidade e o empenho na promoção da disciplina orçamental, o esforço do Governo incidiu antes de mais na continuação da redução da despesa, reconhecendo embora que as limitações jurídico-constitucionais têm tornado esse exercício progressivamente mais difícil. Foram também efetuados ajustamentos do lado da receita, incidindo essencialmente em setores ou atividades específicas, visando uma distribuição mais equitativa do esforço de ajustamento e a orientação de comportamentos individuais ou coletivos no sentido de uma vida mais saudável ou de um crescimento ambientalmente mais sustentável.

No total, o Governo definiu medidas de consolidação orçamental para 2015 num montante de 1249 milhões de euros. Estas medidas não eram suficientes para alcançar a meta de 2,5% do PIB com que Portugal se comprometeu. Mas considerando que sensivelmente 75% da despesa pública corresponde a rubricas rígidas e sujeitas a enormes pressões de crescimento, resultantes do elevado endividamento mas também da dinâmica demográfica negativa, seria extremamente difícil definir novas medidas de redução de despesa de dimensão expressiva. O cumprimento da meta previamente estabelecida para o défice obrigaria assim a um novo aumento generalizado de impostos, isto é, obrigaria a alterações das taxas associadas às principais categorias de impostos.

Neste contexto, e após ponderação cuidada entre o custo que novas medidas do lado da receita fiscal poderiam vir a ter num contexto de recuperação da confiança das famílias e da própria atividade económica, e o custo que o não cumprimento estrito do limite de 2,5% para o défice orçamental poderia ter na credibilidade externa, o Governo optou por não aumentar as taxas dos principais impostos, apresentando uma proposta de Orçamento que prevê um défice orçamental de 2,7% do PIB no próximo ano. Este objetivo encontra-se ligeiramente acima do compromisso anteriormente estabelecido para o défice, mas reafirma a determinação do Governo em garantir, em 2015, a saída de Portugal do Procedimento por Déficit Excessivo. Este compromisso firme assentará na continuação de uma monitorização permanente da evolução



económica e da execução orçamental, por forma a atempadamente ajustar a estratégia caso venha a revelar-se necessário.

O Orçamento do Estado para 2015 mantém assim o rigor que se exige para garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Mas reconhece também a importância de sustentar a recuperação económica em curso e de proteger os Portugueses que suportaram os maiores custos sociais do ajustamento.

A estabilidade e a previsibilidade fiscais são elementos fundamentais na promoção do investimento, que por sua vez é o motor da recuperação económica, através do seu papel na criação de emprego e riqueza. Neste sentido, dando sequência à implementação da reforma do IRC, proceder-se-á à redução da taxa de imposto para 21%. Em complemento à proposta de Orçamento para 2015, foram apresentadas duas propostas de reforma no âmbito da fiscalidade verde e do IRS. As propostas constituem apenas um ponto de partida para um debate a desenvolver no Parlamento, após um período intenso de consulta da sociedade civil, de forma a atingir um consenso que permita criar expectativas sólidas para o futuro. É de salientar que as medidas concretas associadas a estas reformas têm um impacto global neutro no orçamento, sendo mais um exemplo do empenho do Governo em prosseguir a transformação estrutural da economia sem descurar a indispensável disciplina orçamental.

Na sequência do esforço exigente ao longo dos últimos três anos, o orçamento do próximo ano é ainda marcado por um conjunto de iniciativas que possibilitarão algum desagramento dos sacrifícios requeridos aos Portugueses. É de sublinhar o aumento do poder de compra que será sentido por muitas famílias, e em particular:

- Pelos pensionistas, pois apenas se mantém a contribuição adicional que é exigida a pensões de elevado valor;
- Pelos trabalhadores do sector público, com a reversão de 20% da redução remuneratória; e
- Pelos Portugueses que auferem menores rendimentos, nomeadamente pelo aumento do salário mínimo nacional e pela nova atualização das pensões mínimas, sociais e rurais.



Estas iniciativas apenas são possíveis na sequência do esforço e do rigor dos últimos três anos, cujos resultados não só são visíveis, como são reforçados a cada dia.

Ainda hoje o INE divulgou que a taxa de desemprego se reduziu para 13,1% no 3º trimestre de 2014. Este valor demonstra uma quebra de 0,8 pontos percentuais face ao trimestre anterior e comprova a persistência da tendência de descida desde o 1º trimestre de 2013. Mais ainda, esta diminuição em cadeia da taxa de desemprego é acompanhada por um aumento da população ativa, um aumento da população empregada e uma diminuição da população desempregada; a par do aumento do trabalho a tempo inteiro e dos contratos sem termo, refletindo recentes reformas no mercado de trabalho.

As melhorias no mercado de trabalho são também acompanhadas pela contínua recuperação da confiança. Há poucos dias, o INE divulgou também que o indicador de confiança dos consumidores aumentou em outubro, para um valor que apenas encontra paralelo no ano de 2002. Também o indicador de clima económico estabilizou pelo segundo mês consecutivo, mantendo-se no valor máximo desde 2008.

Os desenvolvimentos positivos não se restringem apenas à recuperação económica, mas verificam-se também na execução orçamental. Entre janeiro e setembro, o défice orçamental das Administrações Públicas reduziu-se em 1421 milhões de euros face ao mesmo período em 2013, decorrente de um aumento da receita em 1374 milhões de euros e de uma redução de despesa em 75 milhões de euros, apesar da pressão do custo com salários, sem a qual teria sido na ordem dos 800 milhões de euros.

A estratégia seguida pelo Governo abriu caminho à recuperação económica, num contexto de finanças públicas cada vez mais sólidas.

A Proposta de Orçamento do Estado para 2015 reconhece os progressos alcançados e projeta-os para o futuro, consolidando-os e aprofundando-os. A sua apresentação abriu um período de debate decisivo, no qual o Governo fundamenta as suas opções e a sociedade civil reflete sobre as prioridades para o País, não apenas em matéria orçamental, mas em matéria do modelo de crescimento do país e do rumo a seguir. Cabe a todos os Portugueses participarem neste debate, cabe ao sistema político concretizar o seu resultado – não apenas no próximo ano, mas também no médio e



longo prazo, porque o futuro que nos deve ocupar e preocupar vai muito para além do ano de 2015

Muito obrigada.